



O AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS CURRICULARES E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Jorge Luiz Chaves Bandeira 1

AUDIOVISUAL MEDIA AS AN INSTRUMENT OF INTEGRAL HUMAN FORMATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: documentary analysis of curriculum policies and Brazilian scientific production

Resumo:

Analisar como o audiovisual é concebido nas políticas curriculares e na produção científica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), examinando em que condições deixa de operar apenas como apoio didático e passa a integrar processos de formação humana integral. O estudo adota abordagem qualitativa, natureza básica e objetivos exploratório-descritivos, combinando pesquisa documental e revisão narrativa orientada por protocolo explícito. O *corpus* analítico reúne quatro documentos normativos, seis estudos brasileiros diretamente relacionados a vídeo, cinema, *podcast* e formação integral na EPT e cinco produtos educacionais vinculados ao ProfEPT, todos com fonte institucional ou DOI conferível. A interpretação foi organizada por análise de conteúdo em três categorias: audiovisual como recurso didático, como linguagem cultural e como prática de formação humana integral. Os resultados mostram que a qualidade técnica do material é relevante, mas insuficiente para caracterizar formação integral. As experiências mais consistentes articulam mediação docente, problema formativo, acessibilidade, relação com o mundo do trabalho e participação discente. As políticas oferecem base para integrar trabalho, ciência, cultura e tecnologia, porém não definem, por si, a função pedagógica do audiovisual. Conclui-se que o potencial formativo depende menos da presença da mídia e mais das relações curriculares e autorais construídas em torno dela.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Audiovisual. Formação Humana Integral. Pesquisa Documental. ProfEPT.

Abstract:

To analyze how audiovisual media are conceived in curriculum policies and in scientific production on Brazilian Professional and Technological Education (PTE), examining the conditions under which they move beyond a teaching aid and become part of integral human formation. This qualitative, basic, exploratory-descriptive study combines documentary research with a narrative review guided by an explicit search protocol. The analytical corpus comprises four normative documents, six Brazilian peer-reviewed studies directly related to video, cinema, podcasts and integral formation in PTE, and five educational products linked to ProfEPT, all traceable through institutional sources or DOI records. Content analysis organized the material into three categories: audiovisual media as a teaching resource, as cultural language, and as a practice of integral human formation. Findings indicate that technical quality matters, but it is not sufficient to characterize integral formation. The most consistent experiences connect teacher mediation, a formative problem, accessibility, the world of work and student participation. Policies provide a basis for integrating work, science, culture and technology, but do not determine the pedagogical role of

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Mossoró. E-mail: jorge.bandeira@escolar.ifrn.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0305465618515797>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3330-5824>.

audiovisual media by themselves. The study concludes that formative potential depends less on the presence of media than on the curricular and authorial relationships constructed around it.

Keywords: Professional and Technological Education. Audiovisual Media. Integral Human Formation. Documentary Research. ProfEPT.

1 INTRODUÇÃO

Na Educação Profissional e Tecnológica, o audiovisual não chega ao currículo como elemento estranho ao trabalho. Procedimentos técnicos são demonstrados por imagens em movimento, rotinas profissionais circulam em tutoriais, conflitos do mundo do trabalho são narrados em filmes e documentários, e estudantes registram experiências por vídeo ou *podcast*. Essa proximidade, entretanto, não autoriza concluir que toda prática audiovisual produza formação integral. O ponto decisivo está no que se faz pedagogicamente com a linguagem e nas relações que ela permite construir entre conhecimento técnico, experiência social e leitura crítica da realidade.

A formação humana integral oferece um critério exigente para essa distinção. Saviani (2007) compreende o trabalho como dimensão constitutiva da existência humana e, por isso, como princípio educativo que não pode ser reduzido ao treinamento para tarefas. Na EPT, a consequência dessa formulação é concreta: ensinar um procedimento sem explicitar suas bases científicas, sua historicidade e seus efeitos sociais restringe a experiência formativa. O audiovisual pode repetir essa redução quando apenas acelera a transmissão de conteúdo; também pode contrariá-la quando torna visíveis processos, sujeitos, conflitos e escolhas que o ensino exclusivamente expositivo tende a separar.

A própria legislação cria uma tensão produtiva. A Lei n. 13.006/2014 tornou obrigatória, na educação básica, a exibição mensal de filmes nacionais como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica. O dispositivo legitima o cinema no espaço escolar, mas não define como a exibição se converte em análise, pesquisa ou autoria. Na EPT, essa lacuna ganha relevo porque a Resolução CNE/CP n. 1/2021 articula a modalidade às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. A presença curricular do filme e a integração formativa, portanto, são condições compatíveis, mas não equivalentes.

A produção recente da área confirma que o problema não pode ser resolvido pela oposição simplista entre

tecnologia e pedagogia. Souza e Gouveia (2024) mostram que um vídeo instrucional construído com recursos visuoespaciais contribuiu para aprendizagem e autonomia de estudantes surdos, trazendo a acessibilidade para o centro do debate. Lima Filho e Silva (2024), ao avaliarem um vídeo educativo sobre ginástica laboral com estudantes do ensino médio integrado, identificaram capacidade de transmissão de informação quando os elementos do material são pedagogicamente explorados. Esses achados sustentam o valor do recurso, mas também mostram que sua contribuição depende do desenho da situação educativa.

Outras experiências deslocam a discussão da recepção para a produção e circulação. Souza e Farias (2024) desenvolveram o RedeCast mediante pesquisa-ação e participação estudantil, relacionando *podcast*, teoria e prática na EPT. Carvalho e Sinésio (2025) investigaram filmes capazes de dialogar com bases conceituais da modalidade a partir de critérios definidos e análise de conteúdo. Em vez de formar um conjunto homogêneo, esses estudos evidenciam usos distintos do audiovisual: alguns privilegiam acesso e compreensão; outros, reflexão sobre o trabalho; outros ainda, produção comunicativa. A lacuna está em compreender o que aproxima ou afasta essas práticas de um projeto de formação humana integral.

Diante disso, a questão que orienta a investigação é: em que condições o audiovisual, presente nas políticas educacionais, na produção científica e em produtos do ProfEPT, ultrapassa o uso instrumental e se articula à formação humana integral na EPT?

O objetivo geral é analisar como o audiovisual é concebido nas políticas curriculares e na produção científica relacionada à EPT, identificando condições pedagógicas associadas à formação humana integral. Especificamente, busca-se examinar o lugar do audiovisual nos documentos normativos; sistematizar estudos brasileiros recentes sobre vídeo, cinema e *podcast* na EPT; analisar produtos educacionais vinculados ao ProfEPT; e construir categorias que

permitam distinguir uso didático, linguagem cultural e prática formativa.

A contribuição do estudo não consiste em proclamar o audiovisual como inovação. Consiste em tornar comparáveis evidências que costumam aparecer separadas e em explicitar seus limites. Ao aproximar norma, literatura científica e produtos educacionais, a análise testa uma ideia central: a mídia só adquire densidade formativa quando o currículo transforma ver, ouvir, produzir e circular narrativas em operações intelectuais relacionadas ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRABALHO, INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

A formação integrada não se resume à coexistência de componentes gerais e técnicos. Ciavatta (2005) associa a integração à possibilidade de reconstruir a relação entre escola, trabalho, memória e identidade, o que desloca a formação profissional da simples preparação operacional. Essa perspectiva é especialmente útil para analisar o audiovisual porque permite perguntar não apenas o que o material ensina, mas que visão de trabalho e de sujeito ele torna possível conhecer.

Moura, Lima Filho e Silva (2015) demonstram que politécnica e formação integrada pertencem a uma disputa histórica de projetos educacionais. A consequência analítica é evitar que qualquer atividade interdisciplinar seja automaticamente classificada como integral. Uma produção audiovisual pode combinar várias disciplinas e, ainda assim, conservar fragmentações se não relacionar fundamentos científicos, relações sociais e finalidades do trabalho. A integração precisa aparecer no movimento do conhecimento, não apenas na variedade de recursos empregados.

Ramos (2017) recoloca a formação integrada no terreno da resistência a projetos que estreitam o ensino médio à adaptação imediata. Nessa chave, autoria discente não significa apenas permitir que o estudante opere uma câmera ou grave um áudio. Ela exige condições para formular problemas, selecionar fontes, justificar escolhas, confrontar informações e responder pelo sentido público do que produz. O

audiovisual se aproxima da formação integral quando o domínio técnico da linguagem se torna parte de uma compreensão mais ampla da realidade profissional e social.

2.2 AUDIOVISUAL COMO RECURSO E COMO LINGUAGEM

A literatura sobre aprendizagem multimídia ajuda a estabelecer um primeiro limite: materiais audiovisuais não funcionam por simples exposição. Brame (2016) organiza princípios de desenho de vídeos educacionais relacionados à gestão da carga cognitiva, ao engajamento e à aprendizagem ativa. A utilidade dessa contribuição para a EPT é direta em situações nas quais gestos, sequências ou procedimentos precisam ser demonstrados. Ainda assim, eficiência comunicativa não responde, sozinha, à pergunta sobre formação humana integral.

Noetel *et al.* (2021), em revisão sistemática sobre vídeos no ensino superior, encontraram efeitos favoráveis à aprendizagem em diferentes usos educacionais. Esse resultado fortalece a defesa do vídeo como recurso, mas não autoriza transpor automaticamente os efeitos para objetivos político-pedagógicos específicos da EPT. Aprender melhor determinado conteúdo e compreender criticamente o mundo do trabalho são resultados relacionados, porém distintos. A qualidade de uma prática integral depende da articulação entre ambos.

Moran (1995) já tratava o vídeo em sala de aula como linguagem que requer mediação, e não como intervalo ou substituto da ação docente. Soares (2000), ao formular o campo da educomunicação, amplia essa compreensão ao deslocar a ênfase do consumo de mídia para ecossistemas comunicativos mais participativos. Para a EPT, esse deslocamento é decisivo: a linguagem audiovisual pode servir à demonstração, mas ganha outra densidade quando organiza escuta, expressão, debate, memória e circulação pública de saberes vinculados ao trabalho.

A distinção entre recurso e linguagem não produz uma hierarquia automática. Um vídeo instrucional acessível pode cumprir função formativa relevante, assim como uma produção autoral pode ser superficial. O critério precisa ser construído a partir do problema pedagógico, dos sujeitos envolvidos e da relação entre forma e

conteúdo. Essa cautela impede que a análise confunda sofisticação tecnológica com qualidade educacional.

2.3 PRODUÇÃO RECENTE NA EPT: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES

O *podcast* aparece na literatura da EPT com potencial associado à oralidade, à flexibilidade e à formação. Coradini, Borges e Dutra (2020) identificam possibilidades de uso por docentes e estudantes, mas ressaltam que o recurso exige preparo docente e consideração do contexto social. Esse limite é importante porque impede tratar mobilidade e acesso como sinônimos de integração: a mídia amplia possibilidades somente quando o planejamento explicita o que os estudantes deverão investigar, compreender ou produzir.

A discussão sobre formação humana integral também possui produção própria na área. Cardoso, Abreu e Nascimento (2023) mapearam a presença do tema na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica entre 2015 e 2022 e encontraram predomínio qualitativo, com Saviani e Ramos entre os autores mais mobilizados. Esse resultado ajuda a situar a análise audiovisual: a categoria formação integral já dispõe de tradição conceitual na EPT, de modo que tecnologias educacionais devem ser examinadas à luz dessa tradição, e não como um campo paralelo.

Os estudos recentes sobre vídeo e *podcast* mostram avanços diferentes. Souza e Gouveia (2024) colocam acessibilidade e autonomia em primeiro plano; Lima Filho e Silva (2024) avaliam um produto audiovisual com estudantes; Souza e Farias (2024) incorporam participação ativa na construção de mídia sonora; Carvalho e Sinésio (2025) conectam cinema às bases conceituais da EPT. A convergência está no reconhecimento de que a mídia precisa ser pedagogicamente situada. A tensão está no alcance das evidências: estudos locais e produtos específicos permitem compreender processos, mas não sustentam generalizações sobre toda a Rede Federal.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa porque interpreta sentidos, funções e relações construídas em documentos e produções acadêmicas, sem reduzir o fenômeno a uma mensuração única. Creswell e Poth (2018) situam a investigação qualitativa como adequada

à compreensão contextualizada de significados e processos. Quanto à finalidade, o estudo é de natureza básica, pois busca elaborar uma compreensão analítica do audiovisual na formação humana integral, sem testar uma intervenção específica. Quanto aos objetivos, assume caráter exploratório e descritivo, uma vez que delimita um campo ainda disperso e descreve padrões do *corpus* selecionado.

O desenho combina pesquisa documental e revisão narrativa orientada por protocolo. Rother (2007) caracteriza a revisão narrativa como apropriada à descrição e discussão ampla de determinado tema, enquanto Snyder (2019) sustenta que revisões não sistemáticas também precisam explicitar decisões de busca, seleção e análise para que sua contribuição possa ser avaliada. Por essa razão, a revisão não é apresentada como sistemática e não emprega fluxograma PRISMA; seu rigor decorre da delimitação do *corpus*, da rastreabilidade das fontes e da explicitação das categorias de análise.

O *corpus* documental normativo foi composto pela Lei n. 11.892/2008, que institui a Rede Federal; pela Lei n. 13.006/2014, relativa à exibição de filmes nacionais na educação básica; pela Base Nacional Comum Curricular, utilizada apenas no ponto em que organiza o debate sobre linguagens e cultura digital; e pela Resolução CNE/CP n. 1/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT. A leitura procurou identificar referências a trabalho, ciência, cultura, tecnologia, linguagem, integração curricular, pesquisa, comunicação e participação.

A busca bibliográfica complementar foi realizada em 9 de setembro de 2026, com rastreamento de periódicos de acesso aberto e verificação direta nas páginas editoriais e nos registros DOI. Foram utilizados os descritores "audiovisual" AND "Educação Profissional e Tecnológica", "vídeo" AND EPT, "*podcast*" AND EPT, "cinema" AND EPT e "formação humana integral" AND RBEPT. Incluíram-se estudos brasileiros publicados entre 2020 e 2026 com relação direta à EPT e informação bibliográfica verificável. Excluíram-se duplicatas, textos promocionais, materiais sem autoria identificada e trabalhos em que o audiovisual aparecia apenas incidentalmente. Seis estudos constituíram o núcleo analítico recente; textos clássicos e uma revisão internacional sobre vídeo foram mantidos como suporte teórico, não como resultados do mapeamento nacional.

O Observatório ProfEPT foi consultado por sua função institucional de reunir informações sobre egressos, dissertações e produtos educacionais. A interface pública, entretanto, não disponibilizou uma listagem estática exportável dos registros filtrados por assunto. Para não atribuir ao Observatório resultados que não puderam ser recuperados, os produtos do ProfEPT foram verificados individualmente no portal eduCAPES, em páginas com autoria, instituição, data, tipo e endereço persistente. Esse procedimento resultou em cinco produtos selecionados por aderência direta a vídeo, videodocumentário, cinema ou *podcast* na EPT.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), orientou a organização interpretativa. Três categorias foram definidas a partir do problema de pesquisa e refinadas durante a leitura: (a) audiovisual como recurso didático, quando predomina a função de explicar, demonstrar, revisar ou ampliar acesso; (b) audiovisual como linguagem cultural, quando narrativa, representação, enquadramento, voz e circulação tornam-se parte do objeto educativo; e (c) audiovisual como prática de formação humana integral, quando a atividade articula autoria, investigação, trabalho, ciência, cultura, tecnologia, ética e participação. Cada registro foi analisado quanto ao objeto, ao modo de uso da mídia, ao sujeito que produz ou recebe, ao resultado informado e aos limites do próprio estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O QUE AS POLÍTICAS AUTORIZAM E O QUE NÃO RESOLVEM

A Lei n. 11.892/2008 não menciona o audiovisual como estratégia pedagógica. Sua contribuição é estrutural: ao criar instituições que articulam educação profissional, pesquisa aplicada, extensão e desenvolvimento local, a norma oferece um contexto, no qual mídias podem

documentar processos, comunicar conhecimento e aproximar escola e território. A ausência de prescrição específica evita concluir que a Rede Federal adote uma concepção audiovisual uniforme.

A Lei n. 13.006/2014 é mais direta ao estabelecer a exibição obrigatória de filmes nacionais por, no mínimo, duas horas mensais na educação básica. A norma reconhece o cinema como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica, mas permanece centrada na exibição. A passagem da presença do filme para uma experiência de análise, produção ou investigação depende de escolhas curriculares que a lei não detalha.

A Resolução CNE/CP n. 1/2021 oferece a conexão mais consistente com a formação integral ao definir a EPT integrada às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Seu texto também valoriza autonomia, responsabilidade e compreensão das relações sociais de produção. O audiovisual encontra aí um fundamento possível, porém indireto: ele se torna coerente com as diretrizes quando ajuda a articular essas dimensões, e não simplesmente porque utiliza tecnologia.

4.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SELECIONADA

A sistematização dos seis estudos recentes permite observar o que cada pesquisa efetivamente acrescenta. Em vez de acumular referências, a Tabela 1 registra objeto, desenho e contribuição específica. A comparação mostra que a produção selecionada se distribui entre acessibilidade, avaliação de vídeo, *podcast*, cinema e debate conceitual sobre formação integral, sem constituir ainda um corpo homogêneo de evidências.

Tabela 1 – Estudos brasileiros recentes selecionados e contribuição para a análise.

Ano	Autoria	Objeto audiovisual	Desenho informado	Contribuição específica
2020	Coradini; Borges; Dutra	<i>Podcast</i> na EPT	Revisão bibliográfica qualitativa	Potencial formativo condicionado ao preparo docente e ao contexto social.
2023	Cardoso; Abreu; Nascimento	Formação humana integral na RBEPT	Pesquisa bibliográfica qualitativa	Situa a tradição conceitual da formação integral mobilizada pela produção da área.
2024	Lima Filho; Silva	Vídeo sobre ginástica laboral	Abordagem qualitativa com estudantes	Mostra utilidade informativa do vídeo quando seus elementos são pedagogicamente explorados.

Ano	Autoria	Objeto audiovisual	Desenho informado	Contribuição específica
2024	Souza; Gouveia	Vídeo instrucional para estudantes surdos	Estudo de caso	Relaciona pedagogia visual, aprendizagem, inclusão e autonomia.
2024	Souza; Farias	<i>Podcast</i> RedeCast	Pesquisa-ação	Articula participação estudantil, teoria e prática por mídia sonora.
2025	Carvalho; Sinésio	Filmes e bases conceituais da EPT	Pesquisa aplicada, exploratória e qualitativa	Demonstra critérios para relacionar narrativas cinematográficas às bases conceituais da EPT.

Fonte: elaboração própria a partir dos artigos selecionados (2020–2025).

Os estudos da Tabela 1 não respondem à mesma pergunta e, por isso, não devem ser tratados como evidências intercambiáveis. Os trabalhos sobre vídeo investigam acesso, compreensão ou avaliação de materiais; o estudo sobre *podcast* incorpora participação e circulação; a pesquisa com filmes aproxima linguagem cinematográfica e bases conceituais; o mapeamento da formação integral situa o horizonte teórico. O padrão que emerge é relacional: os ganhos formativos aparecem associados ao modo de mediação, ao contexto e ao objetivo, e não ao suporte isolado.

4.3 PRODUTOS EDUCACIONAIS DO PROFEPT

A consulta a produtos educacionais complementa os artigos porque mostra como o audiovisual é materializado em propostas profissionais. Foram incluídos cinco registros com metadados verificáveis no eduCAPES. O Quadro 1 apresenta apenas informações sustentadas pelas páginas institucionais, sem presumir efeitos de aprendizagem que os metadados não demonstram.

Quadro 1 – Produtos vinculados ao ProfEPT verificados no portal eduCAPES.

Ano	Autoria	Produto	Formato	Eixo formativo explicitado
2019	Martins; Silva	Videodocumentário sobre sentidos do trabalho	Video + texto	Trabalho e memória institucional
2020	Ramos; Dias	EPTCast	Áudio	Divulgação científica em EPT
2021	Nascimento; Gomes	Guia para uso de <i>podcast</i>	Áudio/texto/livro digital	Educomunicação e uso pedagógico
2021	Silva; Rodrigues	Vídeos Mulheres na Ciência e Tecnologia	Video + guia	Visibilidade, ciência, tecnologia e gênero
2025	Carvalho; Sinésio	Vídeo didático de filmes para a EPT	Video + texto	Cinema e bases conceituais da EPT

Fonte: elaboração própria com base nos registros institucionais do eduCAPES (2019–2025).

O conjunto de produtos revela que o audiovisual no ProfEPT não se limita à videoaula. Há videodocumentário voltado aos sentidos do trabalho, *podcast* de divulgação científica, material educacional para apoiar uso pedagógico de áudio, vídeos sobre mulheres na ciência e tecnologia e recurso didático articulado ao cinema. A diversidade de finalidades é um resultado relevante porque impede usar “audiovisual” como categoria única e indiferenciada.

Martins e Silva (2019) vinculam o videodocumentário aos sentidos do trabalho de técnicos em assuntos educacionais, aproximando registro audiovisual, memória e experiência profissional. O produto não vale apenas por documentar falas; sua pertinência para esta análise está em colocar o trabalho vivo

como matéria de representação e reflexão. Esse uso se distancia do audiovisual empregado exclusivamente para demonstrar um procedimento.

Nascimento e Gomes (2021) apresentam o *podcast* como produto educacional e organizam um percurso prático e teórico para sua utilização na EPT. O registro evidencia preocupação com instrumentalização pedagógica, mas seu potencial formativo depende da atividade que acompanha o recurso. O mesmo princípio vale para o EPTCast de Ramos e Dias (2020): a circulação de conhecimento sobre EPT amplia acesso e divulgação, enquanto a formação integral exige que a escuta seja articulada a problemas, análise e produção de sentidos.

Silva e Rodrigues (2021) utilizam vídeos para tornar visível a participação de mulheres na ciência e tecnologia e oferecem orientações para aplicação docente. Nesse caso, o audiovisual opera também sobre representação e reconhecimento: o conteúdo visual não apenas transmite informação científica, mas interfere no repertório de quem pode ser percebido como sujeito da ciência e do trabalho. A dimensão cultural aparece de forma mais explícita do que nos materiais centrados em demonstração.

O produto de Carvalho e Sinésio (2025) aproxima cinema e bases conceituais da EPT por seleção comentada de filmes. A relevância está no uso de critérios para orientar o diálogo pedagógico, evitando que a exibição se esgote no entretenimento ou na ilustração. Essa lógica converge com o próprio estudo dos autores, no qual critérios previamente definidos sustentam a análise das narrativas cinematográficas.

4.4 TRÊS CATEGORIAS PARA DISTINGUIR PRESENÇA DE FORMAÇÃO

A primeira categoria, audiovisual como recurso didático, reúne práticas em que a principal função é explicar, demonstrar, revisar ou tornar um conteúdo acessível. Ela não é menor por definição. O estudo de Souza e Gouveia (2024) mostra que escolhas visuais podem ser decisivas para estudantes surdos, o que impede desqualificar o uso instrumental quando ele responde a uma barreira concreta. O limite surge quando a clareza do material é tomada como evidência suficiente de formação integral.

A segunda categoria, audiovisual como linguagem cultural, desloca o foco para o modo como imagens e sons constroem versões da realidade. Filmes, *podcasts* e videodocumentários selecionam vozes, enquadramentos e sequências; por isso, podem ser lidos criticamente como produtos culturais. Carvalho e Sinésio (2025) tornam esse movimento visível ao submeter filmes a critérios relacionados às bases conceituais da EPT. Aqui, aprender envolve também reconhecer como uma narrativa representa trabalho, técnica, conflitos e sujeitos.

A terceira categoria, audiovisual como prática de formação humana integral, exige articulação mais ampla. O material precisa estar ligado a um problema formativo; a atividade deve mobilizar conhecimentos técnicos e científicos sem separar suas dimensões

sociais e culturais; e estudantes precisam ocupar posição intelectualmente ativa, seja investigando, interpretando, produzindo ou debatendo. Souza e Farias (2024) oferecem um exemplo aproximado dessa lógica ao descrever participação ativa dos estudantes na construção do RedeCast e sua relação entre teoria e prática.

As três categorias não constituem degraus automáticos. Uma mesma experiência pode operar simultaneamente como recurso, linguagem e prática formativa. O que muda é a densidade das relações produzidas. Um vídeo instrucional pode iniciar uma investigação sobre acessibilidade; um filme pode permanecer mera exibição; um *podcast* autoral pode reproduzir respostas prontas. A classificação, portanto, deve observar o processo pedagógico e as evidências disponíveis, não o formato do arquivo.

4.5 CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS E LIMITES DA EVIDÊNCIA

Do cruzamento entre normas, artigos e produtos resultam cinco condições recorrentes. A primeira é intencionalidade curricular: o audiovisual precisa responder a um problema reconhecível do curso. A segunda é mediação docente, entendida como preparação da leitura, definição de critérios e retomada analítica. A terceira é acessibilidade, demonstrada de modo particularmente claro no estudo com estudantes surdos. A quarta é relação com o mundo do trabalho, não apenas como cenário, mas como objeto de compreensão. A quinta é participação discente, que pode variar de uma recepção orientada a processos de pesquisa, produção e circulação.

Essas condições não foram mensuradas como escala e não autorizam estabelecer causalidade. Elas funcionam como síntese interpretativa do *corpus*. A literatura selecionada é predominantemente qualitativa, formada por estudos locais, produtos educacionais e análises de situações específicas. O valor dessas pesquisas está na descrição de mecanismos e possibilidades; seu limite está em não permitir afirmar que um determinado formato audiovisual produzirá o mesmo efeito em diferentes cursos, públicos ou instituições.

Há também um limite documental. O Observatório ProfEPT confirma institucionalmente a existência de ambiente de consulta a egressos, dissertações e produtos, mas sua interface pública depende

de carregamento dinâmico e não forneceu, nesta consulta, uma extração estática por descritor. A opção por registrar produtos diretamente no eduCAPES evita transformar uma dificuldade técnica em dado inventado. Como consequência, os cinco produtos analisados constituem amostra intencional verificável e não um censo da produção audiovisual do ProfEPT.

O resultado mais consistente, portanto, é uma mudança de pergunta. Em vez de perguntar se o audiovisual “funciona” na EPT, as evidências recomendam perguntar para qual objetivo, com qual mediação, com quais sujeitos, em relação a que dimensão do trabalho e com que possibilidade de autoria. Essa formulação é mais compatível com a formação humana integral porque impede separar o recurso tecnológico do projeto educativo que lhe atribui sentido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu distinguir presença tecnológica de densidade formativa. Vídeos, filmes, *podcasts* e videodocumentários podem ampliar acesso, tornar processos visíveis, sustentar debates e registrar experiências, mas nenhuma dessas funções, isoladamente, caracteriza formação humana integral. O que transforma a mídia em prática formativa é a relação entre objetivo curricular, mediação, conhecimento, mundo do trabalho e participação dos estudantes.

As políticas examinadas oferecem sustentação para essa articulação, sobretudo quando a EPT é compreendida nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. A obrigatoriedade de filmes nacionais reforça a legitimidade do cinema no

currículo, porém não define a qualidade da experiência pedagógica. A norma abre espaço; o projeto educativo decide o que esse espaço produzirá.

A produção científica selecionada mostra contribuições concretas em acessibilidade, avaliação de vídeo, *podcast* e uso de filmes, ao mesmo tempo em que revela a diversidade metodológica do campo. Os produtos vinculados ao ProfEPT ampliam essa percepção ao materializar finalidades distintas, da divulgação científica à memória do trabalho e à educomunicação. O conjunto sustenta as três categorias propostas sem convertê-las em classificação rígida.

A principal limitação decorre do caráter narrativo e intencional da seleção, somado à impossibilidade de extrair, pela interface pública consultada, um levantamento completo do Observatório ProfEPT. Por isso, os resultados descrevem um *corpus* verificável e delimitado, não a totalidade da produção nacional. Essa restrição define o alcance das conclusões e também indica uma agenda objetiva para levantamentos posteriores com exportação integral de registros e comparação entre instituições, cursos e tipos de produto.

Permanece, como contribuição central, um critério de leitura aplicável a pesquisas e práticas: a qualidade audiovisual é necessária em muitos contextos, mas a formação humana integral exige algo além do acabamento técnico. Exige que a linguagem ajude o estudante a compreender o que faz, por que faz, em que relações sociais esse fazer se insere e como pode participar da produção e circulação responsável do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://www.grupoalmedina.net/analise-de-conteudo-9788562938047.html>. Acesso em: 9 set. 2026.

BRAME, Cynthia J. Effective educational videos: principles and guidelines for maximizing student learning from video content. **CBE—Life Sciences Education**, v. 15, n. 4, es6, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1187/cbe.16-03-0125>. Acesso em: 9 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_21.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 9 set. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.006**, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei n. 9.394/1996. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm. Acesso em: 9 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 set. 2026.

CARDOSO, Maria Auxiliadora Fernandes; ABREU, Tatiana Losano de; NASCIMENTO, José Mateus. A produção acadêmica sobre Formação Humana Integral na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (2015–2022). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 23, e15943, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.15943>. Acesso em: 9 set. 2026.

CARVALHO, Cássia Siman; SINÉSIO, Luís Eduardo Moraes. Filmes para diálogos e reflexões com as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13323, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-121>. Acesso em: 9 set. 2026.

CARVALHO, Cássia Siman; SINÉSIO, Luís Eduardo Moraes. **Vídeo didático de filmes para a EPT**. ProfEPT/IFMS, 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/972602>. Acesso em: 9 set. 2026.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 9 set. 2026.

CORADINI, Neirimar Humberto Kochhan; BORGES, Aurélio Ferreira; DUTRA, Charles Emerick Medeiros. Tecnologia educacional *podcast* na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 6, n. 16, p. 216–230, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21920/recei72020616216230>. Acesso em: 9 set. 2026.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Los Angeles: SAGE, 2018. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/qualitative-inquiry-and-research-design/book246896>. Acesso em: 9 set. 2026.

LIMA FILHO, Adalberon; SILVA, Aline Rose Santos Vieira da. Avaliação de um Vídeo Educativo sobre Ginástica Laboral para Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 24, e15065, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.15065>. Acesso em: 9 set. 2026.

MARTINS, Caio Caselli; SILVA, Adriano Larentes da. **Produto Educacional**: videodocumentário sobre os sentidos do trabalho para os técnicos em assuntos educacionais. ProfEPT/IFSC, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/434084>. Acesso em: 9 set. 2026.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, n. 2, p. 27–35, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.voi2p27-35>. Acesso em: 9 set. 2026.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Acesso em: 9 set. 2026.

NASCIMENTO, Elidiane Poquiqui do; GOMES, Erbs Cintra de Souza. **Utilizando o Podcast na Educação Profissional e Tecnológica**: um recurso pedagógico. ProfEPT/IFSertãoPE, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599413>. Acesso em: 9 set. 2026.

NOETEL, Michael *et al.* Video improves learning in higher education: a systematic review. **Review of Educational Research**, v. 91, n. 2, p. 204–236, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0034654321990713>. Acesso em: 9 set. 2026.

OBSERVATÓRIO PROFEPT. **Consulta de Egressos / Dissertações / Produtos Educacionais**. IFTM, 2026. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 9 set. 2026.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27–49, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>. Acesso em: 9 set. 2026.

RAMOS, Rogério Luiz da Silva; DIAS, Claudio Alberto Gellis de Mattos. **EPTCAST – seu podcast sobre Educação Profissional e Tecnológica**. ProfEPT/IFAP, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602306>. Acesso em: 9 set. 2026.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 9 set. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 9 set. 2026.

SILVA, Isabel Cristina de; RODRIGUES, Rosana Ferrareto Lourenço. [Vídeos] **Mulheres na ciência e tecnologia**: a “visibilidade” como estratégia a novas perspectivas e percepções dos estudantes da EPT. ProfEPT/IFSP, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/644364>. Acesso em: 9 set. 2026.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333–339, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>. Acesso em: 9 set. 2026.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12–24, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i19p12-24>. Acesso em: 9 set. 2026.

SOUZA, Keller Batista de; GOUVEIA, Riama Coelho. Inclusão de surdos na Educação Profissional e Tecnológica por meio de vídeo instrucional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 24, e11763, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.11763>. Acesso em: 9 set. 2026.

SOUZA, Osmar da Silva; FARIAS, Mário André de Freitas. “Redecast”: além das cadeiras, quadro e caderno. Uma perspectiva pós-pandemia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 24, e16199, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.16199>. Acesso em: 9 set. 2026.